- celebrar de luto na data da promulgação do AI-5;
 - por serem considerados “subversivos” e/ou acusados de pertencer a organizações políticas consideradas clandestinas;
 - esconder e/ou ajudar pessoas consideradas suspeitas ou fugitivos;
 - desenvolver trabalho junto a jovens, estudantes, lavradores e operários;
 - desenvolver trabalho junto aos movimentos de JOC, ACO e JAC;
 - denunciar arbitrariedades cometidas contra índios, lavradores, posseiros, operários e outras pessoas;
 - estar presentes em locais invadidos;
 - ser considerados “suspeitos”.
- Obs.: Há casos de estrangeiros detidos no aeroporto para expulsão sumária.

QUADRO 2

Prisões de cristãos engajados no trabalho pastoral (dados incompletos)

DATAS	TOTAL NO ANO
1968	57
1969	25
1970	49
1971	11
1972	6
1973	11
1974	16
1975	3
1976	85
1977	6
1978	4
TOTAL	273

O número total de cristãos presos foi de 273 (dados incompletos). Trata-se de pessoas engajadas nos trabalhos pastorais, citados nos documentos oficiais por sua conhecida militância e compromisso. Os registros que temos apontam uma maioria de lavradores, seguida por um número significativo de operários, agentes de pastoral e outros (membros da JOC, ACO, Justiça e Paz, Frente Nacional do Trabalho, Movimento Familiar Cristão, advogados engajados em questões trabalhistas).

O único critério possível de ser usado neste ítem foi o de citação em documentos

oficiais. Não quer dizer que estes são os mais presentes, os únicos. Há casos de registros que foram abandonados por sua imprecisão. Ex.: Padre X foi preso com alguns lavradores; ou ainda, no pátio da Igreja foram presos mais de 50 operários, etc.

Convém notar portanto, que aqui deixam de constar inúmeros cristãos que por sua fé dedicaram-se a luta pelos direitos de seus semelhantes. O quadro passa a ter valor como amostragem das épocas de maior incidência de prisões, para chamar atenção para a precariedade da pesquisa apenas documental, sem que se tenha acesso a depoimentos pessoais.

Para ilustração: ainda estão presos no Brasil, cumprindo pena por já terem sido julgados em processos políticos, segundo informações incompletas do Comitê da Anistia, 96 cidadãos brasileiros. O total das penas soma 1.438 anos e 3 meses, sendo que variam de 2 a 84 anos. Há casos de prisão perpétua nos quais os indivíduos deverão permanecer encarcerados após sua morte, pois têm decretado prisão perpétua e mais 105 anos, por exemplo (*Isto é*, 25/10/1978, pp. 12/13).

d) Tortura

Dispomos de 34 casos registrados de tortura entre padres, religiosos e seminaristas.

As práticas de tortura são bastante conhecidas e não seria o caso de relatá-las aqui. Observamos apenas que, nos registros que temos, o conceito de torturas abrange desde pressões psicológicas leves e intimidações, até agressões físicas, sevícias e pressões psicológicas violentas, passando por assinatura de documentos falsos, ameaças de morte ou de tortura física, interrogatórios sob pressão de qualquer espécie, incomunicabilidade, e uso de instrumentos como choques elétricos, “paus de arara”, “quarto da onça” e outros. Há registros de pessoas que ficam inutilizadas física e/ou psicologicamente, por motivo de tortura.

Diante do quadro geral de violência, so-

bretudo nas épocas de maior repressão, muitas pessoas acabam não considerando tortura, procedimentos que assim seriam categorizados, por comparar sua situação com outras mais graves, o que facilita o trabalho da repressão.

Quanto a denúncias, há casos em que as pessoas não as fazem por serem intimadas a não falar dos fatos ocorridos durante o período de prisão. No entanto, aqueles que conseguiram relatar detalhadamente os processos usados, contribuíram para ajudar ou quem sabe para salvar algumas vidas. Há depoimentos minuciosos em *SEDOC* e nos arquivos da CNBB.

Para ilustração vale citar o **Pe. Lourenço Rosenbaugh** e o Pastor menonita **Tomás Capuano** detidos em Recife em 1977: “Eu não queria que o fato de nossa prisão e as privações e sevícias sofridas por nós fossem objeto de atenção neste caso, antes a crueldade e degradação humana as quais estão sofrendo os presos ainda mantidos ali... realmente as condições precárias, ausência dos direitos humanos mais básicos, e a brutalidade policial na delegacia de roubos e furtos pareciam-me iguais às da época colonial” (foram detidos em prisão comum onde cotidianamente os pobres experimentam a violência e a humilhação). (*SEDOC*, dezembro de 1977).

Sobre torturados no Brasil, no período, não se dispõe de dados. Em publicação de ASAL (Associação para os Estudos e a Documentação de Problemas Sócio-Religiosos da América Latina, Itália, ano II, n. 6, 1973) encontramos uma lista de presos torturados no Brasil, no período de 1964/1973, de 1081 casos.

e) Mortes

Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, que trabalhava com jovens, foi ameaçado anteriormente, até que se cumpriram as intenções daqueles que o assassinaram barbaramente e ainda o difamaram. Recife, 1969. (Esta foi uma das formas de pressão contra D. Helder Câmara).

Seminarista Waltair Bolzan, vítima de

assassinato durante tiroteio no qual a polícia atirava contra presidiários fugitivos. Porto Alegre, 1972.

Pe. Francisco Soares, ex-assistente da JOC em São Paulo, participante do grupo de sacerdotes para o Terceiro Mundo, assassinado em San Fernando, Argentina, onde se encontrava há dez anos, vítima da violência repressiva em escala continental. Buenos Aires, 1976.

Pe. Alberto Pierobon, desaparecido inexplicavelmente, encontrado morto em Tamarandé, Paraná. A causa mortis desconhecida faz suspeitar de represália. Exclui-se a hipótese de suicídio. Comparceram ao enterro 15.000 pessoas. Paraná, 1976.

Pe. Rudolf Lukembein, assassinado juntamente com o índio Simão durante a invasão da Missão de Meruri, onde desenvolvia seu ministério entre a população indígena. A invasão foi realizada por fazendeiros da região no intuito de impedir a demarcação de terras da reserva indígena. Mato Grosso, 1976.

Pe. João Bosco Penido Bourmier, assassinado com duas balas no crânio, à queima roupa, quando acompanhava D. Pedro Calsaldaliga à prisão de Ribeirão Bonito, para protestar contra a tortura de mulheres presas. Provavelmente foi morto “em vez de ” D. Pedro. Mato Grosso, 1976.

Frei Tito de Alencar, dominicano, preso juntamente com outros irmãos de ordem, em 1969, tão duramente torturado que não sobreviveu à deteriorização psicológica em que se encontrava. “Suicidou-se” em Paris, onde se encontrava banido, no ano de 1974.

Para ilustração, segundo levantamento feito por exilados, entre os anos de 1966 e 1973, 81 presos políticos foram levados à morte em consequência de tortura. “Dossiê da Repressão”, *Isto é*, Ano 29, nº 92; 27/09/78).

O registro destas mortes é simbólico. Não se dispõe de dados a respeito de lavrado-